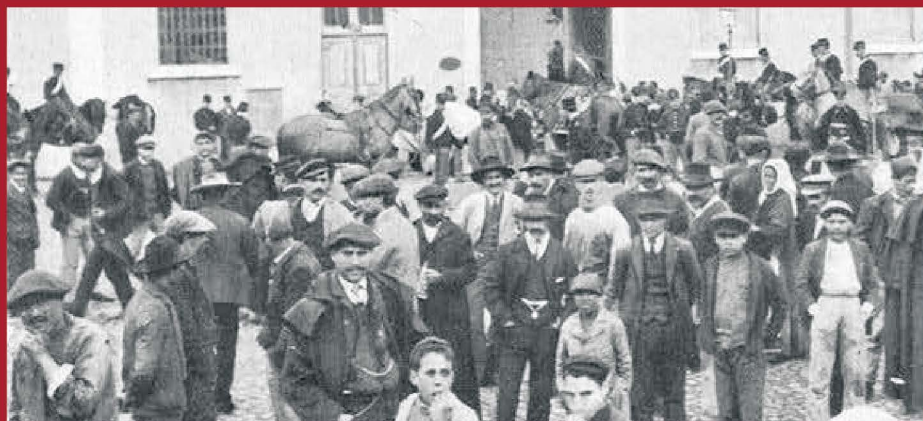


LUTAS LABORAIS E FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA

José Tengarrinha



CH
-UL

CENTRO^{DE}
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Lutas Laborais e Formação da Classe Operária Portuguesa

José Tengarrinha



Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa

2021

Título

Lutas Laborais e Formação da Classe Operária Portuguesa

Autor

José Tengarrinha

Revisão

André Morgado

Imagem da capa

“Os operários em frente da fábrica de Alcântara”, in “A Grave dos Operários da União Fabril”, *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 266, 27 de Março de 1911

Edição

Centro de História da Universidade de Lisboa | 2021

Grafismo

Bruno Fernandes

Impressão: Grafisol - Edição e Papelarias, Lda.

ISBN: 978-989-8068-34-7

Depósito Legal: 491683/21

Tiragem: 250 exemplares

A presente edição não segue a grafia do novo acordo ortográfico.

Nota de edição: Tendo em conta as condicionantes decorrentes de uma edição póstuma, algumas referências bibliográficas não puderam ser confirmadas ou completadas; mantiveram-se, contudo, tal como o autor as deixou. Bibliografia e notas foram reformatadas e construiu-se o índice remissivo. No texto, fez-se apenas a revisão ortográfica, sem outras intervenções.

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA - PORTUGAL
Tel.: +351 217 920 000 | www.letras.ulisboa.pt | <http://chul.letras.ulisboa.pt>



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA



CENTRO
DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia




REPÚBLICA
PORTUGUESA



This work is financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P., in the scope of the projects UIDB/04311/2020 and UIDP/04311/2020.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020.

 This work is licensed under the Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	11
Barbara Tengarrinha	
PREFÁCIO	15
Manuel Carvalho da Silva	
INTRODUÇÃO	25
ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS	31
I. A "PRÉ-HISTÓRIA"	43
1. Contra as imposições fiscais do Estado.....	46
2. Contra sobrevivências feudais	52
II. OS ANTECEDENTES	57
1. A persistência da organização corporativa	57
2. Os trabalhadores na defensiva	59
3. A falsa paz da Regeneração	62
4. Nos campos	63
4.1. <i>As solidariedades nos meios rurais: ceifeiros e mondadeiros</i>	64
4.2. <i>Artesãos e operários-agricultores: marnotos e mineiros</i>	67
4.3. <i>Uma situação social esquecida:</i> <i>os operários da construção de vias-férreas</i>	71
4.4. <i>Salariato</i>	77
4.5. <i>O novo sistema de pesos e medidas. O factor religioso</i>	81
5. Na cidade	84
5.1. <i>Operários e artesãos. O ludismo</i>	85
5.2. <i>Conflitos entre mestres e oficiais</i>	87
5.3. <i>Dos "espasmos involuntários" à crescente consciência</i> <i>do regime de exploração</i>	89
5.4. <i>O início do despertar da consciência operária</i>	90
6. O associativismo como autodefesa	101
7. A imprensa "operária"	111
8. A politização. A violência	113
8.1. <i>Operariado e Povo</i>	125
9. A revolta nacional popular: 1867-1869	126
9.1. <i>Um operariado sem autonomia. As lideranças</i>	130
9.2. <i>Conflitos entre trabalhadores industriais: oficiais e aprendizes</i>	134
9.3. <i>Reformistas e "revolucionários"</i>	137
9.4. <i>A "crise operária"</i>	139
9.5. <i>O levantamento nacional popular</i>	143

III. O INÍCIO DA OFENSIVA OPERÁRIA	153
1. Novos desenvolvimentos do movimento operário	155
2. Mestres, oficiais e aprendizes. Aprendizagem do ofício e instrução	157
3. A eclosão do protesto operário. Contra o trabalho à peça e de empreitada	172
4. Do patrão protector ao patrão antagonista	193
4.1. <i>Modificações no comportamento empresarial</i>	196
4.2. <i>A luta pela dignidade operária. As "mulherzinhas"</i>	205
4.3. <i>Os "fura-greves"</i>	209
5. Cooperativas de produção ou "fábricas sociais"	211
6. Uma nova dimensão do protesto: as greves gerais. A publicidade. As novas lideranças	216
7. O valor pré-insurreccional da solidariedade	229
8. A festa operária	241
9. O avanço da ofensiva	243
10. Mutualismo e luta ofensiva. A Associação Fraternidade Operária	252
11. As mediações	268
12. Operariado e política	274
 BIBLIOGRAFIA	 279
 ÍNDICE ONOMÁSTICO	 287
 JOSÉ TENGARRINHA, HISTORIADOR	 293
Sérgio Campos Matos	

PREFÁCIO

*Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.
Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.*

JOSÉ SARAMAGO

Quando a Barbara me transmitiu a vontade de ser eu a escrever um prefácio para este livro, formulando o convite a partir da ideia de que o José Manuel gostaria que assim fosse, senti-me muito honrado, pois, como cidadão, investigador, historiador e professor universitário, José Manuel Tengarrinha atingiu o patamar em que só é possível encontrar as figuras públicas que, de algum modo, são determinantes num dado momento histórico.

Este convite propiciava-me, o que agora concretizo, escrever algo sobre o mundo do trabalho e das lutas dos trabalhadores, com o privilégio de o fazer a propósito de um estudo cuidado, feito com preocupação metodológica e rigor, porque, como diz o autor: “A dimensão do facto social não pode ser avaliada apenas pela frequência com que se repete.” Trata-se de um estudo feito por um historiador profundamente comprometido com as causas dos operários, dos mais desfavorecidos e dos que sacrificam a vida para transformar a sociedade. Além disso, tenho a oportunidade de expressar a minha homenagem pública a um homem de enorme valor e coragem, e de grande humildade.

Raros são os cidadãos portugueses que reúnem um historial de vida com um percurso político, cultural e social tão rico, diversificado e frutuoso como aquele que Tengarrinha deixou para outras gerações. É extraordinário o testemunho da sua vida. E a elegância da palavra, o trato amistoso e o respeito pelas opções políticas dos seus adversários foram alguns dos atributos que cultivou ao longo da vida, mesmo em contextos de intervenção cívica e política bem duros.

Tengarrinha descreve e analisa, a partir de uma informação pormenorizada que procurou com cuidado, as lutas laborais dos “miseráveis”, dos “operários, artesãos e camponeses, desde um passado distante” ainda em pleno Antigo Regime, a urdidura complexa das suas práticas para a conquista da identidade e dignidade, por exemplo na passagem da condição em que grandes conjuntos de seres humanos profundamente explorados em acção não passavam de uma “multidão”, em protestos geralmente ocasionais, para o patamar de “movimento”, que vai adquirindo perenidade, que se vai afirmando como movimento social capaz de conquistar e utilizar organizadamente o poder, num contexto contemporâneo, ao surgimento do que se passou a interpretar e definir como o Estado moderno.

Optando por uma observação “numa perspectiva longa” para ver “se tais antecedentes têm continuidade ou influência posterior”, Tengarrinha distancia-se de uma visão “actualista” muito dominante, que em múltiplos casos nem dá o necessário lugar à memória, nem à persistência de formas e processos de exploração. A propósito desta questão da memória, Tengarrinha assume um alerta de relevo para a análise das lutas laborais, que na minha opinião há que ter em conta em qualquer tempo histórico, quando, ao tratar das questões metodológicas, afirma que “a repetição de idênticas contestações operárias não significa necessariamente uma memória”, ou seja, pode ser o efeito “da permanência das mesmas circunstâncias provocatórias”, que também poderei designar por expressões de exploração, mesmo que feitas em condições e com características bem diferenciadas, de acordo com os tempos e o quadro civilizacional em consideração, nomeadamente no que diz respeito a direitos políticos civis, quer colectivos, quer individuais, ao direito à vida, à liberdade,

à igualdade, à tolerância. As opções e os argumentos do autor mostram-nos quão ancorada é a sua perspectiva de análise da sociedade e da intervenção dos actores políticos e sociais, e confirma-o como um exemplo da responsabilidade que cada um de nós deve assumir, principalmente se queremos ser cidadãos activos na transformação da sociedade.

Talvez aquelas características nos ajudem a melhor compreender porque conseguiu ele ter um papel determinante na organização e realização do Congresso Republicano, de 1969, e no Congresso da Oposição Democrática, de 1973, ao conciliar a participação de comunistas, socialistas, católicos e não-católicos, ou “apenas” democratas, no mesmo projecto político, cimentando objectivos amplos que haviam de influenciar muito a gestação da revolução e depois o rumo do Portugal Democrático impulsionado pelo 25 de Abril. A célebre frase “ou saímos todos ou nenhum”, aquando da libertação do Forte de Caxias, mostra José Manuel Tengarrinha no seu estado puro.

A influência forte na condução daqueles acontecimentos catapultou-o para a categoria inquestionável de líder da oposição democrática. Depois da Revolução, também as suas opções individuais e as relativas ao projecto político colectivo em que se manteve e dirigiu – o MDP/CDE – foram positivamente influentes no rumo da nossa democracia. Homem de esquerda, socialista assumido, empenhou-se até ao fim da vida em contribuir para a prevalência de políticas de esquerda, dos valores e pensamentos em que esta se deve suportar, e para a construção de pontes. Sempre com a preocupação de afirmar o rigor na interpretação de factos, como mais uma vez faz neste trabalho.

A sua análise histórica obedece ao rigor científico e incorpora metodologias testadas, mas afirma-se sem falsas neutralidades e nunca esconde o posicionamento do cidadão que está por trás do historiador. Seria bom que os actores sociais em geral, os cientistas das diversas áreas ou, por exemplo, os juízes, não invocassem amiúde serem uma espécie de seres humanos de formação neutra, inodora e incolor. Aquando da evocação do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça, convidéi-o, em nome da CGTP-IN, para falar da obra, do posicionamento e do pensamento político dessa figura ímpar de professor, humanista e destacado actor cívico e político que foi Caraça.

Tengarrinha pegou na tarefa com todo o empenho e deu um belo contributo para ajudar a clarificar a identidade de Bento de Jesus Caraça com o Partido Comunista Português, questão que, por vezes, alguns destacados democratas não gostavam de ver reconhecida, por preconceitos superficiais de retracção face ao PCP. Tengarrinha, com a sua cultura e práticas por que opta, reforça um pressuposto fundamental: ninguém consegue ser verdadeiramente responsável, nos seus actos e nas interpretações que produz, sobre as mais variadas questões e comportamentos da sociedade, se não se assumir no seu todo.

Apreciámos este seu último livro, olhamos a vida e a obra toda de Tengarrinha e temos de considerar não ser por acaso que, por vezes, os melhores entre os melhores são ignorados. O seu exemplo e as suas opções, quer como político, quer como historiador, ainda incomodam muitos daqueles que disfarçam a sua mediocridade através de um propagandeado e contínuo apego ao que está na moda, moda essa que, em regra, interpretam a partir da notícia ou do produto do dia, numa constante violação da memória e negação da responsabilidade. Na minha opinião, esta obra vem confirmar que está por fazer a homenagem, que é merecida, a quem tanto deu à luta antifascista, à conquista da liberdade e à construção da democracia, às lutas laborais e ao sindicalismo, à dignificação do papel do político e da política. Enquanto tal não acontecer, há uma enorme ingratidão e uma dívida irrecusável a pagar.

Revisitar Tengarrinha obriga-nos a lembrar que há lideranças decisivas que, não raras vezes, são secundarizadas pelo facto de serem curtas, ou pelo apagamento a que os líderes em causa se entregam com humildade, para beneficiarem dinâmicas colectivas em movimento, que não lhes são distantes. As opções e formas de agir deste grande cidadão parecem ter sido moldadas, em significativa parte, pelo que aprendeu com a luta operária. Essa foi a perspectiva que tivemos ao ler este seu livro.

Esta obra mostra-nos uma evidência mil vezes confirmada, mas tantas vezes esquecida ou até negada: nunca as classes poderosas ofereceram ao povo aquilo a que o povo tem direito, independentemente de, aqui e ali, indivíduos ou grupos de indivíduos com poder adoptarem esporadicamente actos solidários para com as lutas e reivindicações do povo. A melhoria das

condições de vida e de trabalho, o ataque às injustiças mais profundas e a afirmação universal da dignidade exigiram sempre enorme sacrifício e muito sofrimento aos trabalhadores e aos povos.

A construção de identidades colectivas entre os explorados foi inúmeras vezes feita com dureza, com conflitos resultantes de diferenças de meios disponíveis, de pequenos poderes de profissões e de sectores profissionais, de patamares de carências ou do grau de dependência face ao poder patronal, expressos em quadros de interpretação e acção mais reformistas ou mais revolucionários. Tengarrinha põe em evidência que, em regimes mais antigos ou mais recentes, embora de formas diferenciadas, há que articular interesses dentro dum mesmo grupo social, que fazer alianças dentro de cada grupo e entre grupos e, em certos momentos e cenários, desenvolver aproximações a grupos superiores; há que organizar programas e acção e buscar lideranças, quer individuais, quer partilhadas. Assim se constrói a eficácia de todas as lutas e em particular das ofensivas. São processos de construção de poder próprio e de influência de todo o sistema de poder, o que nos conduz a relevar a importância de o movimento sindical, mantendo-se no seu espaço próprio e na sua autonomia, tudo dever fazer para conjugar ou articular as agendas reivindicativas (a agenda social) com as agendas políticas que buscam mudanças transformadoras da sociedade e, em contextos políticos específicos, com processos revolucionários.

A solidariedade entre os trabalhadores – quando é forte – carrega, como lembra Tengarrinha num subcapítulo desta obra, valor insurreccional transformador, que levou, por exemplo, os patrões a terem de encontrar estratégias novas para os seus comportamentos, quando, no regime liberal, a unidade solidária dos operários começou a desmascarar comportamentos patronais “proteccionistas” e colocou os patrões como “antagonistas”. Contudo, as festas operárias e os actos de evocação de datas ou acontecimentos de grande relevo, como ainda hoje acontece, são igualmente momentos fortes de consciencialização do valor da solidariedade e do colectivo, com forte carga transformadora.

As lutas laborais e a acção geral do movimento sindical são naturais espaços de politização dos trabalhadores e não só. Como escreve o autor no penúltimo parágrafo deste livro: “A politização do operariado [permito-me dizer, do geral dos trabalhadores] desenvolve-se num longo processo que se deve, sobretudo, à compreensão das causas profundas que estão na origem dos confrontos sociais em que se vê envolvido e a sua identificação com as lutas sociais com que se relaciona.” Por certo, ele aceitaria que eu acrescentasse que o relacionamento é em primeiro lugar com as lutas sociais, mas ainda com as lutas culturais e políticas.

Quando observamos as fragilidades actuais do sindicalismo e a emergência de organizações e movimentos que os grandes meios da comunicação designam, nomeadamente, por “novos sindicatos”, estamos em grande parte perante a repetição de velhos processos de tensões internas do mundo operário e laboral, agora em novos contextos e, felizmente, em estágio bem mais avançado da organização da sociedade, dado que muito mudou positivamente no reconhecimento de direitos laborais e no que podemos designar, genericamente, por direitos cívicos e políticos, e direitos humanos.

José Manuel Tengarrinha apresenta-nos, ainda no Antigo Regime, o estrebuchar das multidões num quadro de organização das sociedades em que o poder e os poderosos estavam em patamares do quase divino no uso do poder. A “gente humilde” estava tão distante e era tão insignificante para o sistema de poder que o estrebuchar da “multidão”, mesmo com enormíssimos sacrifícios e perdas imensas de vidas humanas, não conseguia abalar a ordem central do poder no imediato ou a curto prazo. Se era “apenas a plebe a agressora” a agir, isso não causava grande moça ao poder, “não abalava a ordem central da sociedade”, assente num quadro de valores que impunha dependências extremas.

Contudo, essas lutas foram expondo e aprofundando contradições que alimentaram o caldeirão em que fervilhavam também tensões vindas de outros avanços do conhecimento e do comportamento humano, e o regime liberal brotou em força, propiciando um estilhaçar, embora lento e doloroso de velhas grilhetas e concepções retrógradas sobre a sociedade. José Manuel Tengarrinha identifica sobrevivências de poderes e normas comportamentais feudais e de

dimensões do quadro institucional antigo, a persistência da organização corporativa, mas também como os novos poderes e classes dominantes, para manterem a exploração, constroem “despotismos materiais progressistas” e utilizam factores e valores de modernidade e progresso contra os povos e os trabalhadores.

Vemos nesta obra como o liberalismo, que propiciou avanços civilizacionais de largo alcance, invocou vezes sem conta o princípio da igualdade de direitos para manter desigualdades instituídas pela diferença de poderes entre trabalhadores e patrões e outras. Como utilizou a introdução de processos de modernização dos sistemas de produção e do comércio para aprofundar mecanismos de exploração e gerar novas subjugações.

Foi difícil, trabalhoso e bem duro o percurso de construção da consciência operária, a luta para afirmar o sindicalismo como movimento social específico e os instrumentos de luta colectiva, em particular a greve, ao longo do século XIX. Como também o foi a criação do mutualismo e do cooperativismo, nos quais os operários e as suas organizações se envolveram profundamente. Como afirma Tengarrinha: “Com a implantação definitiva do regime liberal, os equilíbrios dos poderes e a relação destes com o protesto popular alteram-se profundamente.” Os “rotos” e os “vadios” do Antigo Regime iam progressivamente ganhando dignidade e influência no poder, apesar de proliferarem situações que continuavam a relegar imensos seres humanos para situações sociais desprezíveis.

Ao longo desta obra, Tengarrinha expõe, com grande clareza, todos estes passos de gigante que os artesãos, operários e camponeses vão dando com as suas lutas e vai-nos descrevendo os processos sociais, económicos, culturais e políticos que se desenvolvem no mundo do trabalho, bem como o seu impacto em toda a organização e estruturação da sociedade. Mas também como se vão desenhando e gerando, na segunda metade do século XIX, exactamente pela continuidade da luta operária, da organização e internacionalização dos combates travados, aquilo que considero o tripé da construção da dignidade do trabalho, processo difícil e nunca acabado. Jamais teríamos alcançado os avanços civilizacionais de que hoje dispomos sem esse tripé: reconhecimento

da representação colectiva dos trabalhadores para exercício da negociação; existência de sindicatos e organizações patronais livres e representativas; direito do trabalho afirmado na sua especificidade.

As primeiras legislações de protecção dos mais desprotegidos entre todos os explorados, dirigidas às crianças e às mulheres, bem como outras respostas que no aproximar do final do século XIX começaram a emergir, e Tengarrinha refere algumas delas, são a confirmação de que o que designamos por Estado social emana da valorização e dignificação do trabalho.

Obrigado, José Manuel Tengarrinha, por este livro, que nos apresenta o extraordinário percurso das lutas laborais, da sua organização, das formas como foi feito e dos resultados obtidos até à aproximação ao século XX. Hoje, já não se catalogam facilmente os operários e os trabalhadores em geral como “rotos”, “vadios” ou “indigentes”, mas temos uma nova catalogação, “os excluídos”. Não temos a introdução da velha maquinaria a justificar o desemprego, a diminuição da remuneração ou as alterações regressivas nas políticas fiscais, mas temos a financeirização da economia e de quase tudo no funcionamento da sociedade, a invocação de cenários apocalípticos a partir das hipóteses de utilização, sem regras, do digital, da robotização e da inteligência artificial. Fala-se muito – com muita invocação falsa – do Estado de direito democrático, mas pouco do Estado social de direito democrático, ou seja, querem fazer do social um elemento acessório. Para alguns ficarem muito, muito ricos, o democrático está a perder densidade, e os trabalhadores e o povo sentem que lhes vai sendo roubado o poder de influenciar o rumo da sociedade, que por direito lhes pertence.

Lisboa, 2 de Agosto de 2019,

Manuel Carvalho da Silva